



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

Afetividade no contexto escolar inclusivo

Eixo temático: Sujeitos, subjetividades e Educação Inclusiva

Autores: Scheilla Conceição Rocha (Instituto Federal de Sergipe-IFS);²³⁵ Cândida Luisa Pinto Cruz (Secretaria de Estado da Educação de Sergipe-Seed)

Resumo: Este estudo tem como principal objetivo refletir sobre o papel que a escola contemporânea assume hoje na concretização do processo de inclusão de alunos com deficiência. Para tanto, será pensado no ensino oferecido nas escolas, sob a ótica dos aspectos humanos e integrativos. Será considerada também a dicotomia exclusão e inclusão, que aguça o olhar sobre as práticas, atitudes e pensamentos que cristalizam negativa ou positivamente processos educacionais e afetivos. Sobre este último, ponderações serão feitas, na visão de Henri Wallon, que contribuem para um clima propício de aprendizagem, que rompem barreiras atitudinais e reforçam a confiança e a autoestima do aluno, valorizando as potencialidades do ser. Optou-se pelas ideias propagadas Wallon devido à sua importância na área da afetividade no processo de ensino e aprendizagem, cuja perspectiva é pouco conhecida e explorada por discentes dos cursos de formação de professores e na área da Educação Inclusiva. Este é um estudo teórico inicial que muito ainda pode ser explorado, tanto em pesquisas bibliográficas sobre o tema da afetividade e inclusão, quanto em pesquisas científicas que verifiquem na prática como correm esses processos.

Palavras-chave: afetividade, aprendizagem, escola contemporânea, inclusão.

INTRODUÇÃO

O século XXI abarca condições desafiadoras à vida do homem na atualidade. As notícias vinculadas pelos meios de comunicação por meio da televisão, rádio e na internet, em tempo real, muitas vezes, trazem angústia às pessoas. São divulgadas, constantemente, cenas de violência; desafetos; agressões físicas, verbais e morais; desconfiança; insegurança; banalização da vida. Além destes, outros desafios são enfrentados pela educação, especificamente, pela escola: analfabetismo, evasão escolar, desestrutura familiar, ausência da perspectiva da importância da educação para formação da pessoa, etc.

A diversidade humana em todas as suas formas, quer seja étnica, de opiniões, física, de gêneros, de nacionalidades, também declaram aspectos que precisam ser envolvidos e desenvolvidos na e pela escola. Essa temática da diversidade, e, no nosso caso, principalmente das

²³⁵ E-mail: scheillarocha@hotmail.com



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

peças com deficiência, tem sido abordada na atualidade em debates, na promoção de leis, atividades, congressos, ações, que divulgam sobre a promoção de educação para todos indistintamente. Atualmente vive-se o paradigma escolar, que estimula a promoção da desigualdade e a falta da cidadania. Urge aprendermos a conviver com as diferenças e com a aprendizagem pela afetividade significativa.

Temos como objetivo geral refletir sobre o novo papel da escola contemporânea no processo de inclusão de alunos com deficiência. Para auxiliar nesse processo de reflexão utilizamos como objetivos específicos: descrever os novos papéis da escola contemporânea; conhecer a dicotomia exclusão/inclusão escolar; identificar a afetividade como um dos elementos necessários à implementação da Educação Inclusiva; relacionar a afetividade e a inclusão como uma das formas de redefinir o novo papel da escola contemporânea. Optou-se pela visão walloniana, devido à importância deste autor na área da afetividade no processo de ensino e aprendizagem, pouco conhecida e explorada por discentes dos cursos de formação de professores e na área da Educação Inclusiva.

O direito à educação necessita ser efetivado através de mudanças nas políticas públicas, formação inicial e continuada de professores; cultura inclusiva escolar, etc. A escola como espaço de convivência, deve abranger a diversidade, recebendo com profissionalismo e cuidado a pessoa com deficiência. Portanto, neste trabalho, refletiremos sobre as perguntas no contexto escolar inclusivo: Qual a educação que precisa prevalecer nas escolas contemporâneas? A dicotomia exclusão/inclusão ainda permanece nos tempos atuais? Qual a importância da afetividade no contexto escolar inclusivo?

Diante desses questionamentos, surgem reflexões em torno de um conceito mais amplo de escola, enquanto espaço de formação humana e aceitação da diferença. Estes são alguns dos desafios que permeiam o processo de inclusão, impedindo, muitas vezes, que se desenvolvam a afetividade e as práticas pedagógicas inclusivas no cotidiano escolar. Cabe frisar neste estudo a questão crucial deste artigo que é a afetividade na perspectiva de Wallon.



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

1 OBJETIVOS

Objetivo geral: refletir sobre o novo papel da escola contemporânea no processo de inclusão de alunos com deficiência.

Objetivos específicos: descrever os novos papéis da escola contemporânea; conhecer a dicotomia exclusão/inclusão escolar; identificar a afetividade como um dos elementos necessários à implementação da Educação Inclusiva; relacionar a afetividade, na visão Walloniana, e a inclusão como uma das formas de redefinir o novo papel da escola contemporânea.

2 QUAL O PAPEL DAS ESCOLAS CONTEMPORÂNEAS?

Diante do contexto da exclusão que perdurou por séculos e que perdura até os dias atuais, várias legislações têm sido criadas com o intuito de proteger um dos direitos fundamentais a todo ser humano, o direito à educação. De acordo com a declaração de Salamanca (1994), toda criança tem a educação como direito fundamental, devendo ser dada a oportunidade de aprender. A Constituição Federal Brasileira (1988) versa que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, visando preparar a pessoa para o exercício da cidadania e para o trabalho. A Lei 9394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), expõe que a educação especial será oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e a Lei 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), coloca que toda pessoa com deficiência terá direito à igualdade de oportunidades e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

Mas, na prática, não é isso que acontece. A educação hoje, em muitas escolas, tornou-se um ato frio em que o aluno é o receptáculo do conteúdo a ser ensinado. A figura do professor como o mestre que transmite conhecimentos, experiências, estímulos e afetividade é substituído por atos sem afetividade ou relação entre seus pares. Questionamo-nos: qual a função da escola contemporânea instruir, transmitir conhecimentos ou educar e formar integralmente uma pessoa? Para compreendermos é necessário entender a instrução e a transmissão de conhecimentos sobre a sociedade e o mundo.



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

A instrução trabalha a aquisição das ferramentas de comunicação: a língua materna, que ele basicamente já domina na forma oral, será também assimilada na forma escrita, estendendo e alargando os horizontes da comunicação. Além da língua materna, outras ainda podem ser trabalhadas, garantindo um aprofundamento do conhecimento da própria língua original e abrindo novas perspectivas. Por outro lado, temos a linguagem matemática, que é imprescindível para a comunicação científica. Ajuda na articulação lógica das mensagens como um todo e abre caminho para a apreensão dos conhecimentos científicos, o desvendar dos segredos do mundo. De posse das ferramentas básicas para a comunicação e o entendimento, a instrução procura também fornecer aos alunos os conhecimentos básicos sobre o mundo e sobre a sociedade, traduzidos nas disciplinas física, química, biologia, que integram a cosmologia, isto é, os conhecimentos humanos sobre o Universo, e nas disciplinas geografia e história, que mostram como o homem relaciona-se com seu espaço e sua marcha social através dos tempos. (ALVES; GARCIA, 2001, p.18-19).

A educação não se limita somente à transmissão de conhecimentos, é preciso ensinar o aluno a relacionar-se com o mundo e com a sociedade de forma plena, autêntica e satisfatória com as várias relações sociais (templo religioso, família, amigos) que possui no transcorrer da sua vida, quer seja antes, durante ou depois da escola. Na visão de Alves e Garcia (2001), para que a educação seja efetiva é necessária uma postura para além do discurso, ou seja, é necessária a prática, a vivência, em sala de aula e fora dela.

A formação do aluno jamais acontecerá pela assimilação dos discursos, mas sim por um processo microssocial em que ele é levado a assumir posturas de liberdade, respeito, responsabilidade, ao mesmo tempo que percebe essas mesmas práticas nos demais membros que participam deste microcosmo com que se relaciona no cotidiano. Uma aula de qualquer disciplina constitui-se, assim, em parte do processo de formação do aluno, não pelo discurso que o professor possa fazer, mas pelo posicionamento que assume em seu relacionamento com os alunos, pela participação que suscita neles, pelas novas posturas que eles são chamados a assumir. (ALVES; GARCIA, 2001, p. 20).

Mantoan (2015) conduz que é preciso repensar a escola de qualidade, superando o sistema tradicional de ensinar, é preciso refletir no que se ensina e como se ensina, para formar pessoas éticas e humanas, que valorizam a diferença na convivência com seus pares, gerando um clima sócio afetivo, sem tensões e competições, mas com espírito solidário e participativo.

A aprendizagem nessas circunstâncias, é centrada, ora sobressaindo o lógico, o intuitivo, o sensorial, ora aspectos social e afetivo dos alunos. Em suas práticas pedagógicas predominam a experimentação, a criação, a descoberta, a coautoria do conhecimento. Vale o que os alunos são capazes de aprender hoje e o que podemos oferecer-lhes de melhor para que se desenvolvam em um ambiente rico e verdadeiramente estimulador de suas potencialidades. (MANTOAN, 2015, p. 66).

Para Alarcão (2011), que também comunga desta ideia, a escola é um setor da sociedade e além de ser influenciado por ela, também a influencia. Para que haja educação é necessário formar e



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

assumir o papel de cidadãos críticos, que desenvolvem a grande competência da compreensão. Essa competência desenvolve a capacidade de escutar, observar, pensar, compreender o mundo, os outros e a si mesmo. Essa compreensão não se limita somente ao redor do mundo em que se vive, mas alarga-se de forma mais ampla, para que se tenha a noção dos acontecimentos de forma sistêmica, de tal forma que os alunos sejam capazes de comunicar e interagir, desenvolvendo o autoconhecimento e a autoestima.

Então, formar integralmente o aluno não é apenas instruí-lo, pela transmissão de conteúdo, mas ir além e formá-lo, por meio do convívio social (na escola, ou fora dela), um sujeito compreensivo, com responsabilidade, crítico e autêntico. Desenvolver esses processos geram novos passos a serem trilhados, tanto para os alunos quanto para os professores, como por exemplo, repensar sobre os processos exclusivos e inclusivos que permeiam atualmente o ambiente escolar.

3 INCLUSÃO X EXCLUSÃO

A escola contemporânea assume o papel de adequar seu currículo e seu método para instruir e educar, compreendendo a singularidade de cada ser, promovendo a inclusão daqueles que perante a história da sociedade estavam excluídos por não haver o olhar de que estes também são capazes de aprender e conviver socialmente. Para tanto, basta dar-lhes a oportunidade e meios de acessibilidade em um mundo que não foi pensado para as deficiências.

Em seu artigo 3º, a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) afirma que:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras²³⁶ de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

É preciso considerar que a tentativa de homogeneizar as pessoas tentando incluí-las em um ambiente sem adequações físicas, psicológicas ou afetivas é uma tentativa frustrada, pois a diversidade nos contradiz, nos faz seres únicos. A sociedade é formada de diferenças, então, por que querer uniformizar? Deparar-se com o diferente, muitas vezes, induz a um estranhamento

²³⁶ Termo utilizado à época, hoje o termo correto é pessoa com deficiência, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT).



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

excluindo-o do processo social. “[...] excluir significa expulsar do mundo dominante, significa, literalmente, pôr para fora dos parâmetros e das normas que regem as relações sociais, é não apenas marginalizar e sim desconsiderar a existência humana” (MATTOS apud BONETI, 2012, p. 3).

Conviver com as diferenças é um desafio atual que pode ser ultrapassado e depende de vários fatores, dentre os quais o de querer aprender a relacionar-se e adequar-se ao que o novo lhe traz, indo em busca da superação dos obstáculos externos (por exemplo, o meio físico) e/ou internos (por exemplo, o egoísmo) que impedem o relacionamento das pessoas diante das ilusões de desigualdades. Porém, para Mantoan (2015), há resistência da escola tradicional em relação à inclusão e a mesma demonstra a sua incapacidade de atuar diante da complexidade, da diferença, da singularidade. Diante desta resistência, a escola trilhou como caminho mais fácil, para gerenciar as diferenças dos alunos, criar categorias, selecionar, dicotomizar o ensino em modalidades especial e regular.

Num processo inverso ao da exclusão, é necessária a construção de escolas que permitam o acesso de todas as pessoas tanto no aspecto social, educacional e também afetivo. Segundo Mattos (2008, p. 52), incluir

significa fazer algo para que elas permaneçam na escola. Incluir requer considerar peculiaridades, requer cruzamento de culturas, requer olhar a singularidade de cada um dentro da pluralidade, requer olhar a parte no todo e o todo na parte. Implica, ainda, considerar as crenças, mitos e valores de cada um, bem como considerar as emoções envolvidas no relacionamento.

Ajudar o aluno a superar seus próprios limites é um ato de inclusão que estimula a sua permanência na escola. Portanto, a verdadeira inclusão não apenas abre as portas para todos os alunos, mas ressignifica o verdadeiro papel da escola diante da aprendizagem, gerando um ambiente saudável, confiante e estimulador, redimensionando aspectos na estrutura física, adaptações curriculares, mudanças de atitude dos educadores.

Diante da dicotomia inclusão/exclusão, ainda tão presente no cotidiano escolar, Santos (2002) afirma que é necessário que o educador tenha um olhar apurado para detectar situações de desvalorização das pessoas, impedindo que tais atitudes se cristalizem. A afetividade, portanto, é uma das propostas integrativas de formação e de humanização da escola como meio de inclusão.



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

4 AFETIVIDADE: UM DOS POSSÍVEIS CAMINHOS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

O conceito de sociedade inclusiva vem sendo implementado, seja através de leis, de atitudes ou da conscientização através de campanhas. Esse conceito vem reconhecer que é possível construir a escola como um espaço que não seja meramente instrucional, mas um lugar de desenvolvimento da pessoa que aprende a conviver com as diferenças, promovendo a valorização das potencialidades do ser. Escola não somente como direito de todos, mas de acesso e permanência de todos!

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) afirma que

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (Lei 13.146/2015).

Para essa aprendizagem ser fluente faz-se necessário romper barreiras, esta Lei caracteriza barreiras como

Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança [...] (Lei 13.146/2015)

Uma das barreiras, enumeradas na Lei 13.146/2015, que entrava o processo de inclusão é a barreira atitudinal, ou seja, atitude ou comportamento que impede ou prejudica a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

A escola inclusiva é o *locus* de convivência entre todas as diversidades humanas que existem e o papel da afetividade torna-se preponderante, pois

A afetividade é um caminho para incluir qualquer educando no ambiente escolar. É a mediadora entre a aprendizagem e os relacionamentos desenvolvidos em sala de aula, na busca da inclusão de qualquer educando na escola. Entende-se a diferença como a especificidade de cada um, em seus múltiplos e complexos comportamentos. Entende-se, ainda, a diferença como o vivido de cada um, em sua realidade social e cultural. Entende-se, mais ainda, que a permanência do educando na escola depende da aceitação, da motivação e da autoconfiança que ele percebe quando entra no ambiente escolar. Esses fatores e tantos outros podem facilitar a permanência e a aprendizagem. (MATTOS, 2008, p. 5).



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

O desenvolvimento de relações afetivas propicia um ambiente acolhedor e saudável de aprendizagem para o aluno com deficiência. O professor que efetiva essa prática em sala de aula consegue obter de seus alunos superações de barreiras e bloqueios que o impedem, muitas vezes, de aprender. O aluno com deficiência, ao sentir-se acolhido sente-se em segurança, melhora sua autoestima e sua autoconfiança. Esse domínio afetivo complementa o desenvolvimento cognitivo. Já que o ser humano é dotado desses dois aspectos (não excluindo outros), é preciso vê-los não como excludentes, apesar de opostos, mas complementares. Para Mattos (2008), mesmo que hora o afetivo se sobressaia mais que o cognitivo, e vice-versa, um não exclui o outro, mas fortalece.

A escola como o lugar privilegiado para formação exclusiva da cognição tem encontrado desafios antes não imaginados, pois em que pese as tentativas de impedir o surgimento dos afetos no ato educativo, a sua presença aparece nas atividades propostas, nas relações que são estabelecidas, nos ditos e não ditos que povoam o imaginário escolar, convidando-nos a continuarmos refletindo e repensando o seu lugar nos processos formativos. (FERREIRA; ACIOLY-RÉGNIER, 2010, p. 2).

Esse pensamento é confirmado pela teoria de Henry Wallon, que explica a formação da pessoa em seus aspectos integrados (afetivo, motor e cognitivo), contrária à compreensão do humano de forma fragmentada. Para esse autor, a afetividade é vista em diferentes aspectos e estágios, seja através das características sociais de cada idade: orgânicas, orais e morais; ou através das condições de maturação do ser humano: emoções, sentimentos e paixão.

A afetividade e a cognição possuem bases orgânicas que vão adquirindo complexidade em contato com o social. “O nascimento da afetividade é anterior à inteligência”. Porém, a “inteligência não se desenvolve sem afetividade e vice-versa, pois ambas compõem uma unidade de contrários” (WALLON apud ALMEIDA, 2012, p. 29 e 42).

Para a teoria walloniana, inicialmente, a afetividade é manifestada através das necessidades orgânicas do bebê (simbiose alimentar), ligados a estados de bem-estar e mal-estar, é o estágio de impulsividade. A relação da criança com o meio é feita através do movimento, dos gestos que traduzem a vida psíquica enquanto a palavra não aparece. A partir do momento em que a comunicação evolui e surge a linguagem da palavra, a sensibilidade orgânica vai sendo substituída pela sensibilidade oral e moral.

A linguagem constitui-se pouco a pouco no meio de sensibilização da criança. Cada vez mais, o diálogo do toque vai tornando-se sem efeito e a comunicação oral torna-se um excelente mecanismo de negociação com a criança. É bastante comum perceber-se o quanto o ouvir e o ser ouvido torna-se um imperativo infantil. O elogio transmitido por palavras



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

substitui o carinho. Com o tempo, as relações afetivas se estendem para o campo do respeito, da admiração. (ALMEIDA, 2012, p. 44).

Percebe-se, então, que as manifestações de simples expressões motoras e evolução da palavra, a afetividade evolui para demonstrações mais complexas, através de comportamentos de ordem moral. Este é o momento em que surgem outras funções na criança: o conflito entre emoção e razão. É preciso maturar cada estágio da afetividade, ou seja, as emoções, o sentimento e a paixão. Wallon comenta que “quanto mais habilidade se adquire no campo da racionalidade, maior é o desenvolvimento da afetividade”, ou seja, quanto mais desenvolvido o raciocínio, mais sustentação terá os sentimentos e a paixão (WALLON apud ALMEIDA, 2012, p. 48).

Wallon também descreve que a afetividade abrange as relações afetivas, tais como: emoção, sentimento e paixão, cujos conceitos são inconfundíveis. Enquanto as emoções são ocasionais, diretas, efêmeras e possuem componentes fortemente orgânicos, como, por exemplo, a cólera. O ódio seria um sentimento, por ser mais duradouro e menos instintivo.

A afetividade, termo mais abrangente, inclui os sentimentos que são estados subjetivos mais duradouros e menos orgânicos que as emoções das quais se diferenciam nitidamente. As emoções, uma das formas de afetividade, são verdadeiras síndromes: de cólera, medo, tristeza, alegria, timidez. A afetividade, com este sentido abrangente, evolui ao longo da psicogênese, uma vez que incorpora as conquistas realizadas no plano da inteligência. (ALMEIDA, 2012, p. 53).

É no convívio com o meio que a expressão da afetividade evolui. Para teoria walloniana, a paixão só aparece após os três anos de idade, quando a vivência entre o ego e as outras pessoas amadurece e a criança já tem a capacidade de autocontrolar-se. Wallon expõe que a representatividade “extingue a emoção na medida em que a transforma em paixão. O apaixonado, habitualmente, se mantém senhor de suas reações afetivas. Diante de impulsos emotivos, caminha para o raciocínio” (WALLON apud ALMEIDA 2012, p. 54-55).

Sendo a escola o meio social necessário para a aprendizagem do aluno, é imprescindível programações que articulem o desenvolvimento de aspectos cognitivos e afetivos, pois como foi visto na teoria de Henri Wallon, estes aspectos, apesar de antagônicos, dependem um do outro para o seu desenvolvimento. Portanto, para que a inteligência se desenvolva é necessário saber administrar determinados sentimentos que, muitas vezes, envolve o processo de aprendizagem.



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

Entre a emoção e a afetividade intelectual há antagonismos. Portanto, para liberar o funcionamento da inteligência da criança é necessário diminuir o nível de determinadas emoções-como medo ou cólera-que se incompatibilizam com o processo de aprendizagem. O estado emocional intenso inibe a atividade cognitiva: a elevada ansiedade é incompatível com um bom nível de funcionamento da inteligência. (ALMEIDA, 2012, p. 103).

Se na escola existem pessoas, é evidente que a interação entre elas envolverá afetividade, porém, essas relações afetivas necessariamente não precisam ser somente com o contato corporal, o beijo, o abraço, mas, a depender da idade da criança ela pode exigir o afeto mais cognitivo, em nível de linguagem, como palavras de incentivo ou elogios.

Dependendo da idade, a criança precisa de uma nutrição afetiva mais racionalizada. [...] Também para a criança na fase escolar, mais significativo que um beijo é o professor, por exemplo, identificar seu trabalho entre vários da sala, revelar que a conhece, demonstrar que se interessa por sua vida. (ALMEIDA, 2012, p. 108).

É importante que toda a equipe escolar busque incluir-se no universo da diversidade existente na escola e trabalhe para que as relações afetivas sejam desenvolvidas de forma saudável e compatíveis com o nível de desenvolvimento do aluno. Incluir, portanto, perpassa pela ressignificação do papel da escola contemporânea e do conhecimento quanto à importância do afeto, propiciando um ambiente de aprendizagem acolhedor e produtivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola como provedora de acesso a todos para a aprendizagem, a nível cognitivo e afetivo, necessita repensar como se dá esse processo de inclusão. Essa inclusão abre somente as portas para as pessoas com deficiência ou promove a permanência delas dilatando seu convívio social e realizando a aprendizagem significativa?

Para Santos (2002), faz-se emergente a proposta de ressignificar a escola para a inclusão. Apesar dos contextos tradicionalistas enraizados, é preciso acreditar que tal tarefa é possível. Essa possibilidade se dá ao longo da história, que avança cada vez mais em reflexões e atitudes sobre justiça e direitos humanos. “Inclusão em educação é uma questão de direito, e neste sentido ela se aplica a qualquer indivíduo ou grupo de cidadãos que estejam vivendo processos excludentes, ou em risco de o viverem” (SANTOS, 2002, p. 3).



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

Evitando-se a cristalização de hábitos exclusivos favorece-se a construção de um ambiente mais produtivo e acolhedor. O acolhimento, por parte do educador e todos os envolvidos no ambiente escolar, cultiva afetividade, segurança, autoestima, empatia. Reconhecer as diferenças de linguagens, na forma de se comunicar e de aprender, além de perceber as potencialidades do ser gera um ambiente propício à aprendizagem significativa.

Para todo esse discurso não só o professor, mas como toda a escola (porteiro, coordenação, direção, merendeira, etc.) são peças fundamentais para o engajamento da verdadeira inclusão: que respeita, que observa, que escuta, que age prudentemente, que cria empatia, conseqüentemente, segurança, autoestima e prazer em aprender.

É necessário sair da inércia diante das perspectivas de mudanças que precisam ocorrer no ambiente escolar, perceber e romper as barreiras atitudinais que prejudicam a participação social da pessoa com deficiência. Abrir-se para novos aprendizados, ler, discutir, fazer, descobrir que existem possibilidades para incluir a todos. Acreditamos, portanto, ser a afetividade uma das vias, mas não a única, de inclusão e cidadania.

A importância da cognição e afetividade na ação educativa é um desafio e este torna-se maior quando lidamos com a pessoa com deficiência. O diferencial são as metodologias, os recursos pedagógicos e os jogos utilizados para tornar a aprendizagem significativa e prazerosas. Outro fator que cabe ser destacado é a importância da formação do professor, inicial e continuada em serviço, além, de uma constante reflexão sobre sua práxis e a busca pelo aperfeiçoamento do ensino-aprendizagem. Esse é o grande desafio já que esbarra com a longa carga horária de trabalho, salários não atrativos e o professor com dois vínculos ou mais de trabalho.

Portanto, os desafios de uma concepção educativa nas bases das reflexões wallonianas, baseiam-se em não moldar as pessoas em modelos opressivos ou matemáticos dominantes. Os diferentes saberes, conhecimentos e aprendizagens devem estar integradas formando um homem livre, criativo, político e capaz de dialogar com as diferenças e a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Rita Silva. **A emoção na sala de aula**. 8ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

ALARCÃO, I. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES N.; GARCIA R.L. **O sentido da escola**. 3ª.ed.Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL, BRASÍLIA. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº **13.146, de 6 de julho de 2015** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, julho de 2015.

BRASIL, BRASÍLIA. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

CÓRIA-SABINI.M.A. **Psicologia do Desenvolvimento**.2 ed. São Paulo:Ática,2001.

FERREIRA, A.L.; ACIOLY-RÉGNIER, N.M. Contribuições de Henry Wallon à relação cognição e afetividade na educação. **Educar em Revista**, Curitiba, nº 36, p.21-38, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n36/a03n36.pdf>> Acesso em 22 de setembro de 2016.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar- O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MATTOS, S.M.N. A afetividade como fator de inclusão escolar. **Teias**, Rio de Janeiro, ano 9, nº 18, pp. 50-59, julho/dezembro 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/viewFile/271/283>. Acesso em 30 de novembro de 2015.

_____. Inclusão/exclusão escolar e afetividade: repensando o fracasso escolar das crianças de classes populares. **Educação em Revista**. Nº 44. Curitiba Apr/June,2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 13 de novembro de 2015.

SANTOS, M.P. **Ressignificando a escola numa proposta inclusiva**. Novembro de 2002. Disponível em <http://www.educacaoonline.pro.br/> Acesso em 25 de novembro de 2015.

UNESCO. **Declaração Mundial De Educação Para Todos**: necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990.